

REVISTA DE DIREITO DA CIDADE

Editorial para o vol. 09-4 (2017)

A Revista de Direito da Cidade, revista classificada pelo MEC/CAPES como **Qualis A1**, Direito e cadastrada na *Web of Science*, tem o prazer de informar a todos os seus leitores que agora está indexada também na PLUMX METRICS da PLUM ANALYTICS.

As métricas PlumX fornecem informações sobre as formas como as pessoas interagem com os resultados individuais da pesquisa (artigos, conferências, capítulos de livros etc.) no ambiente *online*. Exemplos incluem, quando a pesquisa é mencionada nas notícias ou se trata de tweet sobre a pesquisa. Coletivamente conhecidos como métricas PlumX, essas métricas são divididas em cinco categorias, para ajudar a entender nas diversas mídias sociais as enormes quantidades de dados envolvidos e permitir a análise, comparando as características semelhantes das métricas de pesquisa adequadas para todos os tipos de resultados de pesquisas acadêmicas.

Publicamos nesse número o artigo *“Hacia una concepción del juicio democrático lato sensu y del juzgador democrático en México desde la teoría del coto vedado”* do Professor Joaquin Ordoñez, Professor da Facultad de Derecho da Universidad Autónoma del Estado de México, México.

Esse artigo *“Hacia una concepción del juicio democrático lato sensu y del juzgador democrático en México desde la teoría del coto vedado”* descreve algumas condições teóricas necessárias para conceituar o julgamento democrático *lato sensu* de certos conceitos da teoria da reserva proibida, com o objetivo de investigar as características e os requisitos para poder qualificar um processo judicial como democrático. Baseia-se na ideia de que os julgamentos democráticos devem ser realizados não apenas nos tribunais eleitorais, mas que devem operar em todas as atividades jurisdicionais, daí o seu significado amplo (*lato sensu*). Propõe-se que, em todas as atividades jurisdicionais, os aspectos democráticos sejam influenciados se o objetivo social de uma administração efetiva e eficiente da justiça for alcançado, para o qual são consideradas algumas categorias da teoria da reserva proibida. Finalmente, para o julgamento democrático, *lato sensu* poder ser aplicado na realidade, é necessário que o juiz seja democrático, cujas qualidades e características sejam também delineadas da referida teoria.

Como nos números anteriormente publicados, no presente volume 09, número 03, publicamos 23 (vinte e três) artigos inéditos, sendo 05 artigos de professores estrangeiros: *“La vulneración de los derechos en el fenómeno de la trata”* da Profa. Dra. Candelaria del Pino

Padron, Professora da Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, Espanha; o já citado *“Hacia una concepción del juicio democrático lato sensu y del juzgador democrático en México desde la teoría del coto vedado”* do Professor Joaquín Ordoñez, Professor da Facultad de Derecho da Universidad Autónoma del Estado de México, México; *“Uso y tenencia de la tierra...factores históricos y planes de ordenamiento territorial - veredas Barcelona, Cocuy y Zurúa - Villavicencio, Colombia”* de Juan Manuel Ochoa Amaya, Professor da Universidad de los Llanos, Colômbia; *“Los distritos económicos em la ciudad autónoma de Buenos Aires como nueva forma de intervención urbana”* de Rodrigo Carmona, Pós-doutor em Ciências Humanas y Sociales, da Facultad de Filosofía y Letras da Universidad de Buenos Aires, Argentina; e *“Castigo y control: La vigilancia colectiva armada territorial en México, el caso de Tierra Caliente (Michoacán)”* de Miguel Ángel Vite Pérez, Doutor em Sociología pela Universidad de Alicante, Espanha.

Em nossa Seção Ensaio publicamos 05 (cinco) ensaios inéditos, sendo dois sobre conflitos fundiários urbanos: *“Conflitos fundiários urbanos no Poder Judiciário: estratégias discursivas no fundamento das decisões”*, de Giovanna Bonilha Milano, Doutora e Mestre em Direito das Relações Sociais pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Professora dos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Positivo. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa "Direitos Humanos, Democracia e Conflitos Sociais" (UFPR); e *“Direito à moradia e conciliação judicial nos conflitos possessórios coletivos: a experiência de Porto Alegre”* do Prof. Cláudio Ari Mello, Professor da Escola de Direito na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Doutor em Teoria do Direito pela UFRGS, Mestre em Direito do Estado pela PUCRS.

Nesse número da Revista ampliamos também nosso corpo de nossos pareceristas/avaliadores, com a inclusão de muitos Professores, de inúmeros Estados do país e também de muitos professores estrangeiros.

Publicamos ainda, para consulta imediata dos leitores, os links dos diversos indexadores nacionais e internacionais de Revistas e periódicos onde nossa Revista de Direito da Cidade está indexada.

Agradecemos, como sempre, a todos os leitores, autores, avaliadores e colaboradores pela colaboração e confiança e pelo sempre excelente trabalho realizado. Lembramos sempre que as submissões para a Revista de Direito da Cidade são permanentes e devem ser realizadas pelo sistema, diretamente na página da Revista.

Boa leitura a todos!

Mauricio Mota

Editor da Revista de Direito da Cidade